



Número: **0821655-24.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **23/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES (AUTOR)		TIAGO LUIZ TEIXEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9090584	02/04/2020 10:42	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
7347701	26/11/2019 14:42	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
6892656	04/11/2019 11:20	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
7008767	04/11/2019 11:20	<a href="#">Declaração Receita</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7008768	04/11/2019 11:20	<a href="#">Doc Hipossuficiencia (2)</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7008770	04/11/2019 11:20	<a href="#">DOC</a>	Documentos
6233087	06/09/2019 09:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
6080656	23/08/2019 12:26	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
6076828	23/08/2019 10:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6076944	23/08/2019 10:21	<a href="#">DOC.01</a>	Documentos
6076945	23/08/2019 10:21	<a href="#">DOC.02</a>	Documentos
6076946	23/08/2019 10:21	<a href="#">PETIÇÃO</a>	Petição
6076947	23/08/2019 10:21	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0821655-24.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DESPACHO**

Vistos em despacho.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, ajuizada por DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, qualificados na inicial.

Alega o autor, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito no dia 04/09/2018; em decorrência do acidente sofreu graves lesões físicas, resultando em sua invalidez permanente e tendo seu pedido de indenização sido pago de forma desproporcional ao grau de limitação apresentado.

Requerendo ao final a citação da requerida; concessão dos benefícios da justiça gratuita; procedência da ação de cobrança condenando a empresa requerida ao pagamento da diferença da indenização com base no valor R\$: 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) a realização de prova pericial.

Juntou ao pedido os documentos de ID's 6076828, 6076944, 6076945, 6076946, 6076947.

Despacho de ID 6233087, determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documentação comprobatória de sua hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido.

Petição da parte autora de ID's 7008767, 7008768, 7008770 apresentando documentação comprobatória se sua hipossuficiência.



É o relato. Decido:

Inicialmente, considerando os fatos e documentos apresentados, convenço-me da verossimilhança da hipossuficiência da parte autora, concedendo-lhe os benefícios da gratuidade da justiça, com a assistência gratuita de advogado e isenção de custas e emolumentos judiciais.

Conquanto salutar medida de conciliação/mediação, prevista no novo Código de Processo Civil, com o fito de evitar a formação e prolongamento do litígio, no entanto, a experiência constatada em casos tais é que a parte suplicada, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, não tem se disposto a transigir sem que tenha conhecimento da extensão dos danos sofridos pelo beneficiário do seguro, e como se deve buscar também os princípios da brevidade, eficiência e resultado, e considerando poder o juiz, nos termos do artigo 139, V do CPC, promover a conciliação das partes a qualquer tempo e fase procedimental, hei por bem remeter a fase conciliatória para ocasião, se necessário, da audiência de instrução e julgamento, determinando de logo a realização da perícia médico/legal.

Assim, objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico ortopedista **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, inscrito no CRM Nº 606PI**, com endereço residencial na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP: 64.052-510, Teresina-Piauí (E-mail: [rmartinsleal@yahoo.com.br](mailto:rmartinsleal@yahoo.com.br)), que deverá ser intimado para cumprir este encargo, podendo realizar a perícia na sala de audiências desta Vara e/ou na sala do IML instalada no subsolo deste Fórum, devendo entregar o laudo no prazo de 10 (dez) dias (artigo 465 do CPC), a contar da data da realização da perícia.

Faça-se saber ao perito supra, que para o cumprimento da medida, o perito deverá informar a este Juízo o local, data e hora da realização da perícia, para o fim de intimação e comparecimento da parte autora e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão



acompanhar a sua materialização (Artigo 474 do CPC). Devendo constar, ainda, as advertências dos artigos 466, 473, 476 e 477 do CPC.

Assim, conforme o convênio nº 69/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intime-se a suplicada para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- a) arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso;
- b) indicar assistente técnico;
- c) apresentar quesitos (se já não os houver apresentado);

Realizado o depósito, oficie-se o perito nomeado para proceder à realização da perícia no prazo de até 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo no prazo já especificado em duas vias, observando, para tanto, os quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo do perito, podendo, ainda, o assistente técnico das partes apresentar seu parecer.

Cite-se, ainda, a parte requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo





legal.

Intimações e diligências necessárias. Cumpra-se.

**TERESINA-PI, 1 de abril de 2020.**

**Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº: 0821655-24.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico nesta data, para os devidos fins que intimada a parte autora, por seu advogado, do despacho ID 6233087, para no prazo de 15 (quinze) dias comprovar hipossuficiência financeira, a mesma apresentou manifestação em 04/11/2019, como se vê nos IDs 7008767, 7008768 e 7008770 dos autos. Dou fé.

### **CONCLUSÃO**

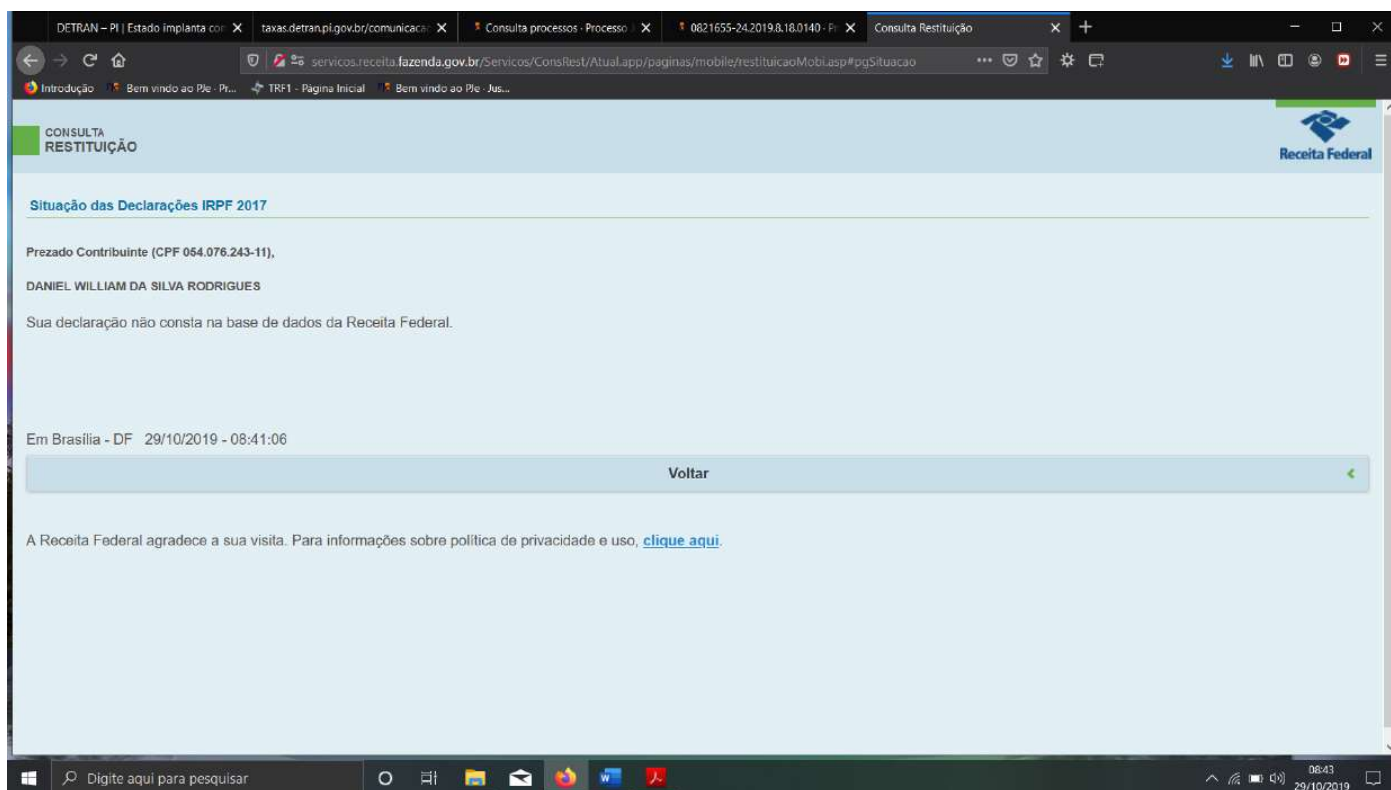
Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

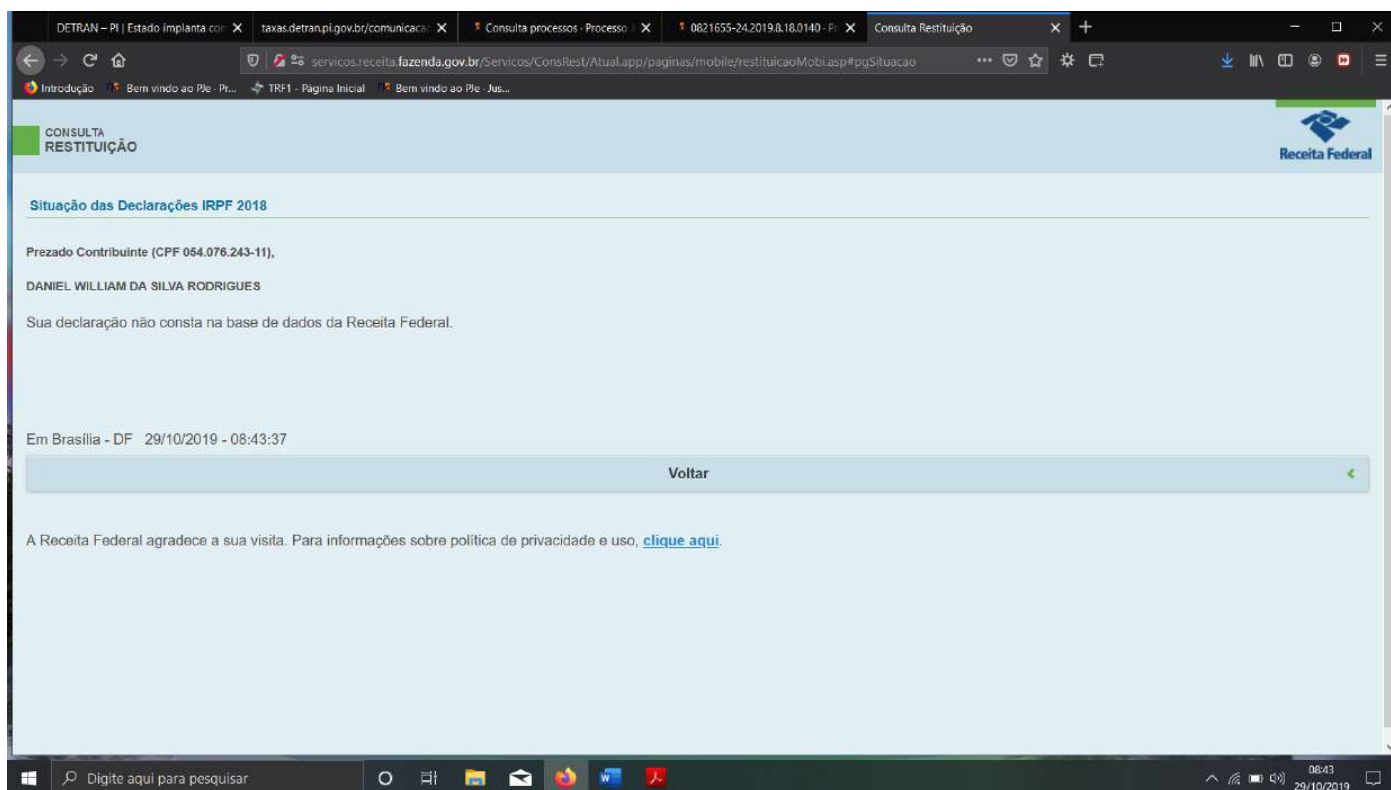
TERESINA-PI, 26 de novembro de 2019.

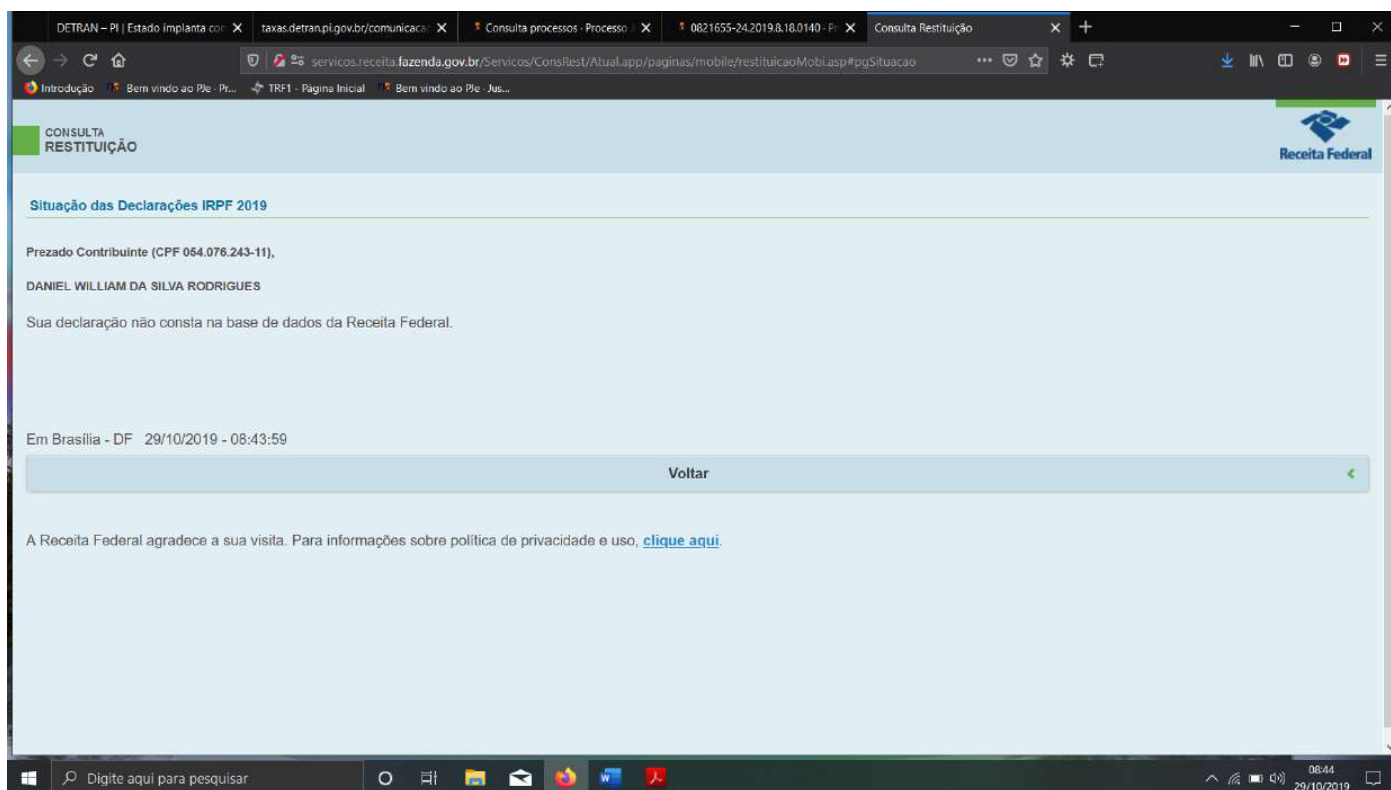
**ANA REGIA MOREIRA DA SILVA**  
**Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**











## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, David William da Silva Rodrigues, inscrito(a)  
no CPF sob o nº: 054.046.2434, RG: 3.334.066, com endereço  
em: Rod 47 CS 24 D Vila Nova da Gileti na cidade  
de: Corumbá, CEP: 69200-010, DECLARO, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS  
DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único,  
do artigo 98 e ss. da lei nº. 13.105/2015, ser pobre nos termos da lei, na acepção da palavra e não poder dispor  
de condições financeiras para arcar com as despesas processuais.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei nº. 13.105/2015 e Lei nº 7.115/83, ciente,  
portanto, a declarante e que em caso de falsidade, ficará sujeita às sanções criminais, civis e  
administrativas previstas na legislação própria.

Cidade: Corumbá Data: 28/10/2019

David William da Silva Rodrigues  
ASSINATURA

Scanned by CamScanner



## TRABALHADOR

Este é a sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.845 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 3.452 de 01.05.1943 que aprova a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer atividade profissional.

São devidos ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

160.55167.07-8

5579926

0030

GO

*Daniel William da Silva Rodrigues*









**CONTRATO DE TRABALHO**  
**61.226.390/0001-49**

EMPREGADOR

**SCHAHIN ENGENHARIA S/A**

CODICE

ENDEREÇO

**RUA VERGUEIRO, 2009 - 4º ANDAR**

**VILA MARIANA - CEP 04.101-205**

MUNICÍPIO

**SÃO PAULO - SP**

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

**SERVENTE**

CBO Nº

**717020**

DATA DE ADMISSÃO

**15**

DE

**OUTUBRO**

DE

**2012**

REGISTRO Nº

**49622**

FOLHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

**R\$**

**3,27**

**TRES REAIS**

**E VINTE SETE CENTAVOS**

ASSINATURA

**Herlane Braga Nunes**

DATA DE SAÍDA

**10**

DE

**maio**

DE

**2013**

**Herlane Braga Nunes**

**AUX. de Escritório**

CEM. DISPENSA CD Nº

**RE 38.890**

FGTS Nº DA CONTA

08

23 e 24





5579928

## ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei.)

Assinou contrato de experiência por 45 dias  
Sujeito a prorrogação e subordinado as regras  
do Artigo 479 e 480 da CLT.

SCHAHIN ENGENHARIA S/A

Devido a natureza do serviço o empregado  
sujeita-se a transferência de local de trabalho  
conforme firmado na data de admissão.

SCHAHIN ENGENHARIA S/A

ultimo dia efetivamente  
trabalhado 11 de abril de  
2013.

Herlane Braga Nunes

Aux. de Escritório

RE 38.890

SCHAHIN ENGENHARIA S.A.



8200722

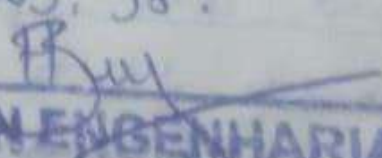
## ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei)

Contribuição Sindical  
referente a' 2012 - SINTRA  
COM. R\$ 23,98.

  
**SCHAHIN ENGENHARIA S.A.**

Contribuição Sindical  
referente a 2013 - SINTRA  
COM. R\$ 23,98.

  
**SCHAHIN ENGENHARIA S.A.**





**DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES**

FILIAÇÃO.....: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES  
VERA LUCIA DA SILVA PAULINO RODRIGUES

NASCIMENTO....: 23/11/1992

SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL...: SOLTEIRO

NATURALIDADE: MANAUS - AM

DOCUMENTO.....: C. I. 3334066 25/06/2009 SSP PI

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 054.076.243-11

CNH.....:

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/GO - 18/11/2010

ASSINATURA DO TITULAR

GOV. CIVIL - BRASILEIRO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE  
DOCUMENTO

PAÍS

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

**L E G I S L A Ç Ã O**

A. CASAMENTO C. DIVÓRCIO I. RECONHECIMENTO DE FIANÇAMENTO  
B. SUP. JUDICIAL D. MATRIMÔNIO F. MUDANÇA DE NOME  
03





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

160.55167.07-8

5579926

0030

GO

daniel william da Silva Rodrigues





QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

**DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES**

FILIAÇÃO.....: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES  
VERA LUCIA DA SILVA PAULINO RODRIGUES

NASCIMENTO.....: 23/11/1992 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: MANAUS - AM

DOCUMENTO.....: G. I. 3334086 25/06/2009 SSP PI

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 054.076.243-11 CNH.....:

TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/GO - 18/11/2010

SECRETARIA DA DEFESA CIVIL

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO  
DATA DE NASC. DE  
DOCUMENTO

NOME  
DOCUMENTO

NOME  
DOCUMENTO

NOME  
DOCUMENTO

NOME  
DOCUMENTO

03





5579926

## ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei)

Assinou contrato de experiência por 45 dias  
Sujeito a prorrogação e subordinado as regras  
do Artigo 479 e 480 da CLT.

SCHAHIN ENGENHARIA S/A

Devido a natureza do serviço o empregado  
sujeita-se a transferência de local de trabalho  
conforme firmado na data de admissão.

SCHAHIN ENGENHARIA S/A

ultimo dia efetivamente  
trabalhado 11 de abril de  
2013.

Herlane Braga Nunes

Aux. de Escritório

RE 38.890

SCHAHIN ENGENHARIA S.A.



**CONTRATO DE TRABALHO**  
**61.223.330/0001-49**

EMPREGADOR

**SCHAHIN ENGENHARIA S/A**

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO **RUA VERGUEIRO, 2009 - 4º ANDAR**

**VILA MARIANA - CEP 04.101-205**

MUNICÍPIO **SÃO PAULO - SP**

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO **SERVENTE**

CBO Nº **717020**

DATA DE ADMISSÃO **15** DE **OUTUBRO** DE **2012**

REGISTRO Nº **49622** FLS / FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA **R\$ 3,27 TRÊS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS**

**GH.** **Gilson Carlos da Silva**

**SCHAHIN ENGENHARIA**

DATA DE SAÍDA **10** DE **MAIO** DE **2013**

**Herlane Braga Nunes**  
**AUX. de Escritório**

COM. DISPENSA CD Nº **RE 38.890**

FGTS Nº DA CONTA

00

Vide pag 23 e 24





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0821655-24.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DESPACHO**

**Vistos em despacho,**

Em análise ao pedido de gratuidade de justiça feito pelo requerente, decido:

Inicialmente, levando-se em conta o caráter tributário das custas processuais, é defeso ao magistrado, sua dispensa de moto próprio.

É verdade que a Lei Estadual 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providências, isenta do pagamento de aludidas custas os beneficiários da assistência judiciária, nos termos do art. 6º da aludida lei.

Por seu turno, o art. 1º do Provimento Conjunto 05/2009, do egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, estabelece que: "A distribuição de ações não beneficiadas pela assistência judiciária somente ocorrerá mediante a comprovação do recolhimento das custas processuais, através do boleto bancário próprio.", entendendo-se tais, a princípio, aquelas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Conquanto não se desconheça o disposto e o alcance da Lei 1.060/1950, recepcionada pela constituição Federal de 1988, entretanto há de sua exegese, atentar para o comando constitucional de 1988, que em seu artigo 5º, LXXIV, estabelece:

Art. 5º (...)  
LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.

Conquanto a clara compreensão do comando constitucional, o legislador infraconstitucional editou a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/2009, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo 5º, in verbis:

Art. 4º (...)  
§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado



será exercida pela Defensoria Pública.

Neste particular, diga-se de passagem, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de maneira vanguardista, já vem o Estado do Piauí, prestando assistência judiciária aos necessitados, através de sua Defensoria Pública, que com o advento da carta magna, editou a Lei Complementar nº 59/2005, que em seu artigo 5º, incisos I e V, estabelece uma de suas funções institucionais:

Art. 5º. (...)

"I – prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias." (...)

"V – patrocinar ação civil."

O requerente postula o benefício da justiça gratuita, afirmando não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, entretanto, não consta dos autos documento que comprove a sua insuficiência econômica.

Desse modo, e não obstante o previsto na aludida lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, recepcionada pela constituição vigente, onde consta apenas como condição da gratuidade da justiça a simples declaração do requerente, tal, contudo, não pode invalidar o exposto no comando constitucional quanto à necessidade de comprovação de insuficiência de recurso, pois seria a inversão ter o texto maior de adequar-se ao menor e não vice-versa. Pelo que, a insuficiência de recurso deverá mesmo ser comprovada por quem não encontrar-se assistido pela Defensoria Pública.

Neste sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão. Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012).

Nesse diapasão, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE. A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011).

Desta forma, por entender que a decisão de deferimento de gratuidade da justiça não deve ser tomada de modo automático, mas avaliando comedidamente as provas presentes nos autos do processo e apresentando a respectiva fundamentação, determino a intimação da parte requerente para juntada de documentos que comprovem sua hipossuficiência financeira, tais como: contracheque, declaração de imposto de



renda e/ou carteira de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido.

Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

**TERESINA-PI**, 5 de setembro de 2019.

**Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0821655-24.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, bem como que a parte requereu os benefícios da justiça gratuita. Certifico, ainda, que faço conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 23 de agosto de 2019.

**KASSIO LEAL PARAIBA**  
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
EDUARDO JOSE LIMA DE CARVALHO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA  
1968901 SSP PI

CPF  
844.388.513-00

DATA NASCIMENTO  
19/03/1981

FILIAÇÃO  
ANTONIO BARROS DE  
CARVALHO  
ANTONIA LUCIA DE LIMA  
CARVALHO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
03698246500

VALIDADE  
05/01/2022

1ª HABILITAÇÃO  
28/09/2005

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR  
Eduardo Jose Lima de Carvalho

LOCAL  
TERESINA

DATA DE EMISSÃO  
17/02/2017

78054815018  
PI318255472

ASSINATURA DO EMISSOR  
ARLDO MARTINS DO REGO LOBÃO  
DIRETOR GERAL DO DEPTAN - PI

PIAUI

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1412442552

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1412442552

13 AGO 2018







COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 06/98

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO  
0876167-1

Nº da Nota Fiscal 005730055

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MAT/2018	21/05/2018	433	806,13

EDUARDO JOSE LIMA DE CARVALHO  
R. MACAPÁ 4001 NOVO HORIZONTE  
CPF: 00084438851300  
CEP: 64.000-000 - TERESINA

ROT: 9.001.75.40.483000

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	42531	Atual:	14/05/2018
Anterior:	42098	Anterior:	13/04/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	14/06/2018
Consumo Medido:	433	Emissão:	11/05/2018
Consumo Faturado:	433	Apresentação:	14/05/2018
	FCAM	Dias de Consumo:	31

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			
Classe/Subclasse	Ligação	Numero Medidor	Poste
RESIDENCIAL	MONO	A786234	

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
ABR/18	402	CONSUMO	433 A R\$ 0,820875 = 355,43
MAR/18	471	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	29,02
FEV/18	493	PARCELAMENTO DE DEBITOS 35/36	421,68
JAN/18	512	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 1,93	
DEZ/17	520		
NOV/17	592		
OUT/17	492		
SET/17	554		
AGO/17	449		
JUL/17	200		
TARIFA SEM TRIBUTOS: 0 A 433 - 0,558606			

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO	
RESERVADO AO FISCO	453C.62B5.6757.BBFD.992F.1285.EC36.5580

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	69,03	Base de Cálculo:	355,43
Energia:	131,29	Aliquota ICMS:	27,00%
Transmissão:	20,65	Valor do ICMS:	95,96
Encargos:	20,92	Valor do PIS:	3,12
Tributos:	113,54	Valor do COFINS:	14,46

INDICADORES DE CONTINUIDADE						
5,19	10,39	20,77	3,36	6,73	13,45	2,94
0,00			0,00			0,00

TERESINA-JOCKEY

ROT: 9.001.75.40.483000



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5

SEU CÓDIGO  
0876167-1

TOTAL A PAGAR - R\$  
806,13

MÊS FATURADO  
05/2018

VENCIMENTO  
21/05/2018

Nº da Nota Fiscal: 005730055 FCAM

83640000008 6 06130017000 0 00000000876 3 16710518008 4



SEQ.: 00202 UC: 0876167-1 DT.LEIT.: 14/05/2018 T.ENTR.: 09  
LEITURA: 42531 NORMAL TOTAL: 806,13 CARGA: 013  
DT.VENC.: 21/05/2018 IRREG.: 000 COLETOR: 2041



Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003458/2018-16**

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO  
Data/Hora: 01/10/2018 - 11:58

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Unidade Policial Responsável  
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Data/Hora  
04/09/2018 - 07:10

Tipo Local  
VIA PÚBLICA

Bairro  
SÃO JOAQUIM

Município  
TERESINA

Endereço  
RUA RADIALISTA JIM BORRALHO, Nº:

Ponto de Referência

Complemento

**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: DANIEL WILLIAN DA SILVA RODRIGUES  
RG: 3334066 SSP PI  
Mãe: VERA LUCIA DA SILVA OAUINO RODRIGUES  
Pai: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES  
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA DA LUZ, QD H8, CASA 15, Nº 15  
Bairro: PARQUE BRASIL  
Cidade: TERESINA  
Telefone(s): 86-9812-2984

Tipo Envolv.: VITIMA/Notificante

DPVAT  
CORRETORA  
DE SEGUROS

26 NOV 2018

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

**RELATO DA OCORRÊNCIA**

O informante compareceu a esta Especializada para noticiar que trafegava na condução do veículo motocicleta Honda de placa OUB-2072 pelo endereço acima citado quando uma outra motocicleta da qual não sabe dados que trafegava pela pista e sentido direcional do lado direito da vítima conduzida por um homem, veio a realizar uma manobra de conversão para a esquerda interceptando a marcha da motocicleta conduzida pelo informante e provocando a queda do informante e provocando lesões corporais. Informa que não houve pericia no local e foi socorrido por terceiros. Informa também que fazia uso de capacete sobre a cabeça no momento do acidente e que não faz uso de bebida alcoólica.

Francelina De Medeiros Elisiário - Mat. 1963295  
AGENTE DE POLÍCIA

Daniel Willian da Silva Rodrigues  
DANIEL WILLIAN DA SILVA RODRIGUES - Notificante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

**C.O.B.**

CLÍNICA ORTOPÉDICA BUENOS AIRES

**Clínica Ortopédica Buenos Aires**

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires

Fones: (86) 3214-1600 / 3214-1314 - CEP 64.009-330 - Teresina-Piauí

E-mail: clinicacob@hotmail.com

Sr(a). DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES

ACIDENTE DE TRANSITO DIA 04/09/2018  
BO=100203.003458/2018-16

HD FRATURA DE PLANALTO TIBIAL E

FEITO OSTEOSINTESE DE FRATURA  
DO PLANALTO TIBIAL E

EF DOR LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM JOELHO E  
F DE 70 GRAUS

RX JOELHO E 2P FRAT DE PLANALTO TIBIAL E  
CONSOLIDADA

RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA  
COM PERDA DE 50 % EM JOELHO E



Teresina 27 de Marco de 2019

Dr. Edmar de Souza Lima Junior  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PI 2313 / CRM-MA 3294  
TEOT - 8054

Dr. Edmar de S Lima Junior  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 2313-PI





Carta de Solicitação de reanálise

S= 3190402155

Venho em meio desta carta pedir a essa  
respeitada empresa e seus analistas, que por favor  
me analise presencialmente por meio de uma  
perícia Material, pois fui vítima no meu trabalho  
e tenho forte sequelas, pois fiquei com sequelas  
permanentes, com dificuldade ao caminhar e  
com dores no membro ao me locomover,  
agradecer a compreensão de todos

ferreira Pt 25/04/2019

Ass: Daniel William da Silva Rodrigues



**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

3180554810

3190021155

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>**.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Edmundo pereira de Lencastre inscrito (a) no CPF/CNPJ 84438881300  
na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Daniel William de S. Rodrigues inscrito  
(a) no CPF sob o Nº 05404624311 do sinistro de DPVAT cobertura Finalidade da Vítima  
Daniel William de S. Rodrigues inscrito (a) no CPF sob o Nº 05404624311, conforme  
determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.  
Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço	Rua - <u>Moçoia</u>	Número	<u>4001</u>	Complemento	
Bairro	<u>Novo Horizonte</u>	Cidade	<u>Ferrous</u>	Estado	<u>PE</u>
Email		Telefone comercial (DDD)	<u>(086) 99974666</u>	Telefone celular (DDD)	<u>69.080150</u>

Ferrous PE de 11 de 2018  
Local e Data

Edmundo pereira de Lencastre  
Assinatura do Declarante



OLD/ML001 V001/2017



# PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: (Dados do Beneficiário do Seguro DPVAT)			
Nome: <u>Daniel William da Silva Rodrigues</u>			
Nacionalidade: <u>Brasileiro</u>	Estado Civil: <u>Casado</u>	Profissão: <u>Moto Taxi</u>	
RG: <u>3.534.066</u>	Org. emissor: <u>SSRP</u>	D. Expedição: <u>24/11/2014</u>	CPF: <u>054.076.243/11</u>
Endereço: <u>R. Prof. Maria do Bay</u>		Nº: <u>15</u>	Bairro: <u>Alto Brasil I</u>
Cidade: <u>Terrenos</u>	Estado: <u>PE</u>	CEP: <u>64.012.010</u>	

OUTORGADO: (Dados do procurador)			
Nome: <u>Eduardo José Juv de Camargo</u>			
Nacionalidade: <u>Brasileiro</u>	Estado Civil: <u>Casado</u>	Profissão: <u>Autônomo</u>	
RG: <u>1.968.901</u>	Org. emissor: <u>SSRP</u>	D. Expedição: <u>16/12/2015</u>	CPF: <u>84438851300</u>
Endereço: <u>R. Moacira N. 4</u>		Nº: <u>4001</u>	Bairro: <u>Novo Horizonte</u>
Cidade: <u>Terrenos</u>	Estado: <u>PE</u>	CEP: <u>64.080.150</u>	

Pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representa-me perante a Seguradora LIDER dos Consórcios do Seguro DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar pedido de indenização do seguro obrigatório – DPVAT, a que tenho direito, concedendo ao outorgado poderes para assinaturas nos formulários de: Avisos de Sinistros, Declaração de Ausência de Laudo do IML, Autorização de Pagamento de Indenização do Seguro DPVAT, Declaração de Residência,) podendo enfim assinar ou requerer quaisquer documentos relacionados com o seguro obrigatório DPVAT em meu nome, praticar todos os atos de direito permitidos para o perfeito cumprimento deste mandato; da qual figura como vítima Daniel William da Silva Rodrigues

Acidente ocorrido em: 04/09/2018

Local / data: 1 de outubro de 2018

3º OFÍCIO

Daniel William da Silva Rodrigues

Assinatura do Outorgante (Beneficiário)



(Reconhecer firma por autêntica ou verdadeira)





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: \_\_\_\_\_ CPF da vítima: 054 076 243 11 Nome completo da vítima: Daniel William da S. Rodrigues

**REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012**

Nome completo: Daniel William da S. Rodrigues CPF: 054 076 243 11

Profissão: Keyser Endereço: R. Prof. Manoel da Luz Número: 0048 Complemento: 2015

Bairro: Pongua Brasil Cidade: Fênix Estado: PE CEP: 64.000.000

E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. (DDD): (086) 9999-0666

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

**RENDA MENSAL:**

☒ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

## DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: 3834 ☐ CONTA: 2570 ☐ 9

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: ☐ ☐ CONTA: ☐ ☐

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

## DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco com a vítima: \_\_\_\_\_ Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: \_\_\_\_\_

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: \_\_\_\_\_ Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data, Fênix-PE 09/11/2018

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

(\*) Assinatura de quem assina A ROGO

Daniel W. da S. Rodrigues

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

### TESTEMUNHAS

1ª | Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura

2ª | Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura

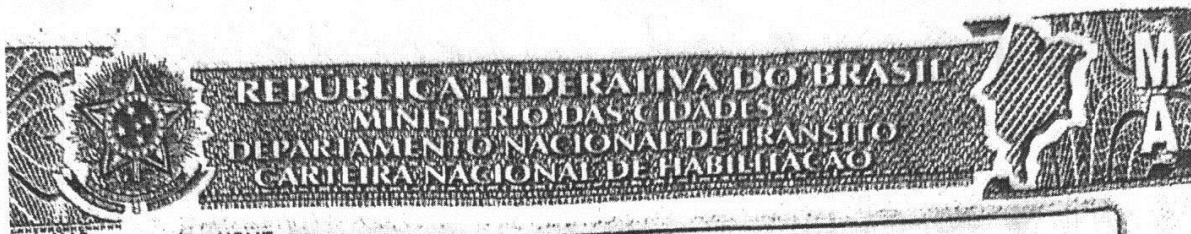
Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(\*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018





VALID5

NOME

DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
3334066 SSP PI

CPF

054.076.243-11

DATA NASCIMENTO

23/11/1992

FILIAÇÃO

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES

VERA LUCIA DA SILVA PAULINO RODRIGUES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AD

Nº REGISTRO

06130003900

VALIDADE

13/09/2022

1ª HABILITAÇÃO

25/07/2014

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL

1526202590

OBSERVAÇÕES

EAR;

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

26 NOV 2018

DPVA

Daniel William da Silva Rodrigues

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

SAO LUIS, MA

DATA EMISSÃO

24/11/2017

Larissa Abdalla Britto

ASSINATURA DO EMISSOR

42217124060

MA036191515

MARANHÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR


1526202590





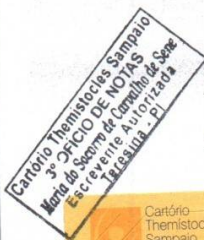
## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Emanuel de Sousa Silva,  
RG nº 1595 817, data de expedição 21/07/2017,  
Órgão SSR-PI, portador do CPF nº 817 962 003 44 com  
domicílio na cidade de Tererim, no Estado de  
Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Q 108 LOTO 9 PA WALLFORD 2, nº \_\_\_\_\_,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima Daniel William da Silva Rodrigues cujo o condutor era  
Daniel William da Silva Rodrigues  
Veículo: Motorcycle  
Modelo: HONDA CG 150 FAN ESPI  
Ano: 2013/2013  
Placa: OVB 2072  
Chassi: 9C2KCJ680DR309433  
Data do Acidente: 104.09.18  
Local e Data: Tererim - PI 21/09/2018

  
Emanuel de Sousa Silva  
Assinatura do Declarante



Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 013156864250  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	CÓD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	00513170642		2018
NOME			
EMANOEL DE SOUSA SILVA			
*****			
*****			
CPF / CNPJ		PLACA	
81796200344		OUB-2072	
PLACA ANT / UF		CHASSI	
OUB-2072		9C2KC1680DR309433	

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL	
PAS/MOTOCICLE/NENHUMA	ALCOOL/GAS	
MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
HONDA/CG150 FAN ESDI	2013	2013
CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
02P/0149CC	ALUGUEL	AMARELA
COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC. COTAS
		1º IPVA
FAIXA LPVA.	PARCELAMENTO / COTAS	2º PAGO
		3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
SEGURO	PAGO		

SEM RESTRICOES	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO	
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA	
TERESINA	LOCAL
	DATA
	22/02/2018

TERESINA  
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PI Nº 013156864250 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO	
2018	22/02/2018	
VIA	CPF / CNPJ	PLACA
1	81796200344	OUB-2072
RENAVAM	MARCA / MODELO	
00513170642	HONDA/CG150 FAN ESDI	
ANO FAB.	CAT. TARE	Nº CHASSI
2013	09	9C2KC1680DR309433

PRÊMIO TARIFÁRIO		
000,00 (R\$)	000,00 (R\$)	000,00 (R\$)
CUSTO DO BILHETE (R\$)	000,00 (R\$)	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)
000,00	000,00	185,50
PAGAMENTO	DATA DE QUITAÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> COTA ÚNICA	14/02/2018	

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

Cartório Themistócles Sampaio  
3º OFÍCIO DE NOTAS  
Maria do Socorro de Carvalho de Sene  
Escrevente Autorizada  
Teresina - PI

Selo de Fiscalização  
e Autenticidade  
Poder Judiciário  
Estado do Piauí  
Atos de Notas,  
Registro e  
Judiciais

Cartório  
Themistócles  
Sampaio  
3º OFÍCIO DE NOTAS

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA  
RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI  
Fone: (0xx86) 3221-7886 • E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br

AUTENTICAÇÃO  
Nº ABK.48659

AUTENTICO A PRESENTE FOTOCOPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL. E  
DA VERDADE. TERESINA-PI, 21/09/2018.

Plaza do Socorro de Carvalho de Sene-Escrevente Autorizada  
Elet: 2,39 TJ:0,48 Selo:0,26 Total:3,13 Selo:ABK.48659 (F80F405)


☐ Tabeliã

☒ Escrevente autorizado

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS  
26 NOV 2018  
DPVAT






		<b>033-7</b>		03399.52590 07084.613194 27001.801011 2 76510000000600	
Local de Pagamento: <b>Pagável em Qualquer Banco Até o vencimento</b>					Vencimento <b>18/09/2018</b>
Beneficiário: <b>Indaial/SC-</b> CNPJ: <b>01.894.432/0004-07</b>					Agência/Cód. Beneficiário <b>3059/5259070</b>
Data Documento	Num. Doc.	Esp. Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
<b>13/09/2018</b>	<b>1319270</b>	<b>DS</b>	<b>N</b>	<b>13/09/2018</b>	<b>8461319270018</b>
Nº da Conta/Resp	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	Valor do Documento
	<b>101</b>	<b>R\$</b>			<b>R\$ 6,00</b>
Instruções: Não aceitar o pagamento após o vencimento Boleto referente ao requerimento de reposição de avaliação código requerimento 287202					(-)Desconto (-)Outras Deduções/Abatimento (+)Mora/Multa/Juros (+)Outros Acréscimos (=)Valor Cobrado
Pagador: Daniel William da Silva Rodrigues RUA PROFESSORA MARIA DA LUZ, 15 - QUADRA H8 - 64012-010 - PARQUE BRASIL - TERESINA/PI Nº de matrícula: 1319270 - Turma: SES0585 Doc. Identidade: 3334066 - CPF: 054.076.243-11					

Autenticação Mecânica



		<b>033-7</b>		03399.52590 07084.613194 27001.801011 2 76510000000600	
Local de Pagamento: <b>Pagável em Qualquer Banco Até o vencimento</b>					Vencimento <b>18/09/2018</b>
Beneficiário: <b>Indaial/SC-</b> CNPJ: <b>01.894.432/0004-07</b>					Agência/Cód. Beneficiário <b>3059/5259070</b>
Data Documento	Num. Doc.	Esp. Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
<b>13/09/2018</b>	<b>1319270</b>	<b>DS</b>	<b>N</b>	<b>13/09/2018</b>	<b>8461319270018</b>
Nº da Conta/Resp	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	Valor do Documento
	<b>101</b>	<b>R\$</b>			<b>R\$ 6,00</b>
Instruções: Não aceitar o pagamento após o vencimento Boleto referente ao requerimento de reposição de avaliação código requerimento 287202					(-)Desconto (-)Outras Deduções/Abatimento (+)Mora/Multa/Juros (+)Outros Acréscimos (=)Valor Cobrado
Pagador: Daniel William da Silva Rodrigues RUA PROFESSORA MARIA DA LUZ, 15 - QUADRA H8 - 64012-010 - PARQUE BRASIL - TERESINA/PI Nº de matrícula: 1319270 - Turma: SES0585 Doc. Identidade: 3334066 - CPF: 054.076.243-11					

Autenticação Mecânica





NOME DO PACIENTE: Wamif william da Fha Rodrigues  
NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 487290



SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**BOLETIM DE ENTRADA - BE**NHEP 16:20  
04/09/18

Imp: 04/09/2018 10:21:49

(User: LORENA)

(Estação: ACCR01)

**DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES		<b>Prontuário:</b> 487230	
<b>Mãe:</b> VERA LUCIA DA SILVA PAULINO RODRIGUES		<b>Pai:</b> ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES	
<b>End.Resid.:</b> QD 47 CS 24 - SANTA MA. CODIPI - TERESINA - PI - CEP: 64000-010			
<b>Nascimento:</b> 23/11/1992	<b>Idade:</b> 25a9m11d	<b>Sexo:</b> Masculino	<b>Fone:</b> 86-98806-3877
<b>Responsável:</b> O MESMO		<b>CNS:</b> 898003995795937	
<b>Profissão:</b> MOTO TAXISTA		<b>Documento:</b> CPF: 054.076.243-11	
<b>G. Instrução:</b> Médio Completo		<b>E.Civil:</b> Casado(a)	
<b>End.Local.:</b> - - -			

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 682569	<b>Data:</b> 04/09/2018 10:14:54	<b>Condução:</b> VEÍCULO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS	
<b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC		<b>Convênio:</b> S U S	
<b>Acid.Trab.:</b> Sim	<b>Acid. Trajeto:</b> Não	<b>Acid. Trab. Típico:</b> Sim	<b>CID Secundário:</b> V299

**DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:**

<b>Sinal/Sintoma:</b> QUEDAS	<b>Evento Principal:</b> Fratura exposta	<b>Destino:</b> ORTOPEDISTA	<b>Classificação:</b> Amarelo
<b>Breve História:</b> PACIENTE REGULADO HOSP. BUENOS AIRES COM RELATOS DE ACIDENTE DE MOTO COLISÃO COM MOTO. APRESENTANDO FRATURA EM PORÇÃO PRÓXIMA DA TÍBIA ESQUERDA. NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA		<b>Profissional Clas. Risco:</b> LORENA MAGALHÃES MACEDO 221123 Imp: 04/09/2018 10:21:47	

**DADOS CLÍNICOS: (Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_)**

Tranqui			
fx Tranqui (E)			
fx 1 Rox /			
PA ____ X ____ mmHg	Pulso: ____	FC: ____ bpm	Temp.: ____
<b>Diagnóstico Inicial:</b>			<b>CID:</b>

**CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:**

<b>RAIO-X REALIZADO</b>	
DATA 04/09/2018	
Técnico: [assinatura]	

**MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:**

<b>Se Internação, indique o Procedimento e CID</b>	
<b>DATA:</b> / /	<b>HORA:</b> : :
<b>Procedimento</b>	<b>CID</b>

[assinatura]

Assinatura Paciente ou Responsável

Assinatura - Profissional Médico







## FICHA DE ANESTESIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA  
SERVIÇO DE ANESTESIA

Nome: Daniel William da Silva Rodrigues Sala: \_\_\_\_\_ Alergia: \_\_\_\_\_ Data: 10.09.20  
Procedimento: Osteossíntese de Tíbio com Dr. Jamerson Observações: \_\_\_\_\_

Agentes	Unid	15	30	45	15	30	45	15	30	45	15	30	45
1 <u>Bupivacaína</u>	<u>15 mg</u>												
2 <u>Morfina</u>	<u>80 mg</u>												
3													
4 <u>Cefazolona</u>	<u>2g</u>												
5													
6 <u>Dipirone</u>	<u>2g</u>												
7													
8 <u>Tilatil</u>	<u>0,1g</u>												
9													
10 <u>Dexametazona</u>	<u>4g</u>												
11													
12 <u>Endorfinas</u>	<u>4g</u>												
13													
Oxigênio													
120													
Volatil	%												

## Acesso Vascular

- ☐ Periférico 20  
Cat. Venoso nº G  
☐ Dificuldade aces. venoso  
Gastos cateteres  
☐ Central

## Via Aérea

- ☒ Cateter nasal  
☐ IOT nº \_\_\_\_\_  
☐ LMA nº \_\_\_\_\_

## Monitorização:

- ☒ Cardioscopia  
☒ PANI  
☒ Oxímetro de pulso  
☐ ETCO2  
☐ Outros

## Anestesia:

- ☐ Geral Venosa  
☐ Geral Balanceada  
☒ Raquianestesia  
☐ Peridural  
☐ Bloqueio Periférico  
☐ Outros

Decúbito: Dorsal

SPO2 (%)	<u>100/100/100/100/100/100</u>
ETCO2 (mmHg)	
Aces. Venoso	
Aces. Venoso	
Diurese	
Perdas Sanguíneas	

Descrição da Anestesia:

Dr. Jaigo Libório  
Anestesiologista  
CRM-P 6665

Anestesiologistas







# PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 10/09/2018

NOME DO PACIENTE:	<u>Daniel William da Silva Rodrigues</u>			PRONTUÁRIO Nº:	<u>48725</u>
DIAGNÓSTICO:				CIRURGIA:	<u>Int. cênig. frot. plav</u>
ANESTESIA:	<u>Raque</u>	Dr. Jamerson M. de L. Júnior	Nº DA SALA:	<u>05 to 1º local</u>	
CIRURGIÃO:	<u>Dr. Jamerson</u>	Ortopedia / Traumatologia	CPF Nº:		
AUXILIAR:		CRM-P: 3878 / TEOT - 11094	CPF Nº:		
ANESTESIA:	<u>Dr. Faísio</u>		CPF Nº:		
INSTRUMENTADORA:	<u>Claudia</u>		CPF Nº:		

## MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	<u>02</u>		LÂMINA DE BISTURI <u>N-24</u>	UNID.	<u>02</u>	
AGULHA 30X8	UNID.	<u>01</u>		LUVA Nº <u>7.10</u>	PAR		
AGULHA 40X12	UNID.	<u>01</u>		LUVA Nº <u>7.15</u>	PAR		
AGULHA RAQUE	UNID.	<u>01</u>		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	<u>04</u>	
ALCOOL 70%	ML	<u>80</u>		PVPI DE GERMANTE	ML	<u>180</u>	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	<u>150</u>	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	<u>04</u>		SERINGA 20CC	UNID.		
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	<u>01</u>		SERINGA 10CC	UNID.	<u>01</u>	
ESPARADRAPO	CM	<u>50</u>		SERINGA 5CC	UNID.	<u>01</u>	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO <u>500 ml</u>	FRASCO		
GASES	PAC.	<u>05</u>		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.			<u>Cateter 02</u>			
<b>FIOS</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OCCORRÊNCIA</b>			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				<u>Elétrico</u>			
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				<u>Enxoval</u>			
CAT. GUT. CROMADO C/AG				<u>Cupom</u>			
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON <u>2-0</u>							
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL <u>0</u>				CIRCULANTE:	<u>Solange montinho</u>		
PROLENE							

MOD - 094





Nome do Paciente <b>Daniel William da Silva Rodrigues</b>		
Diagnóstico pré-operatório <b>Fx clavícula direita</b>		
Operação - Tipo <b>TTD Cir</b>		
Cirurgião <b>Dr. Jamerson M. de S. Júnior</b> CRM-PI: 3878 / TEOT - 11094	1º Assistente  3º Assistente	
Instrumentador(a) <b>Claudia</b>	Anestesiista <b>Dr. Fausto</b>	Anestesia <b>Raque</b>
Data da Operação <b>10.09.2018</b>	Início <b>08:30</b>	Fim <b>09:30</b>
Diagnóstico Pós-operatório		

Relatório Imediato do Patologista

### Acidente Durante a Operação

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**  
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1) Apresente em ddh os seguintes testes

2) Fisiologia dos membros inferiores

3) Medida postural Medial ± 10°

4) Medida por plano

5) Medida da Rx da Espinha +

6) Medida Medial + Ortopedia

7) Medida em "C" + Ortopedia

8) Medida por plano

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

26 NOV 2018

DPVAT

Dr. James ...  
Orthopedic ...  
CRM-PI: 38/01/TEC - 11094  
Mod. 76 H





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 12956 - Em: (04/09/2018)**

<b>Internação:</b>	<b>Prontuário:</b>	<b>Paciente:</b>	<b>Clinica:</b>	<b>Enfermaria:</b>	<b>Leito:</b>	<b>Médico Assistente:</b>
222127	487230	DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES	POSTO 1	ANEXO P01	LEITO	ARTHUR SAMPAIO SOARES DE SOUSA
<b>Evolução:</b>			<b>Alergias:</b>	<b>Diagnóstico/Comorbidades:</b>		
Internado para tratamento cirúrgico			Nega	Fratura de espinha tibial		
Hora:						
11:45						
<b>Seq.:</b>	<b>Descrição-Apresentação/Observação:</b>	<b>Dose:</b>	<b>Unid.:</b>	<b>Via:</b>	<b>Int.:</b>	<b>Recons:</b>
<b>Dieta</b>	ORAL Tipo LIVRE, <i>em uso</i>					
1	CLORETO DE SÓDIO (SORO FISIOLÓGICO) 0,9% C/100ML SIST. FECHADO	1,00	Frasco	EV	24/24h	
2	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML.	1,50	Ampola	EV	6/6h	
3	TENOXICAM 20MG/ML, PÓ P/SOL. INJ.	1,00	Ampola	EV	12/12h	
4	OMEPRAZOL 20MG	1,00	Cápsula	Oral	24/24h	

Observações Gerais: CUIDADOS GERAIS E SINAIS VITAIS

*Dr. Arthur Sampaio*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM - 3200

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS  
26 NOV 2018  
DPVAT

*Rafaela Janyne Pimentel Cavalcante*  
Matrícula: 8894  
SAME - HUT  
CONTIENE COMO Cópia



Prefeitura Municipal de Teresina  
Secretaria Municipal de Saúde

# CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## COMPROVANTE DE REGULACAO

<b>AUTORIZAÇÃO:</b> 344261832	<b>Nº REGULAÇÃO:</b> 39987	<b>TIPO:</b> AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL
<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE:</b> 2679647 - UNIDADE MISTA DE SAÚDE D ANTONIO PEDREIRA DE A MARTINS - BUENOS AIRES		
<b>ESTABELECIMENTO REFERENCIADO:</b> 5828856 - HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
<b>LEITO:</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	<b>NASCIMENTO:</b> 23/11/1992	
<b>PACIENTE:</b> DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES		

### DADOS CLÍNICOS

#### HISTÓRIA CLÍNICA:

PACIENTE APRESENTA AO RX, FISSURA/FRACTURA EM POÇÃO PROXIMAL DA TÍBIA ESQUERDA, APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO HOJE. SEM SINAIS DE TCE, GLASGOW 15.

#### PROVAS DIAGNÓSTICAS:

#### EXAMES SOLICITADOS:

RX

**DIAGNÓSTICO(CID):** FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA

#### COMORBIDADE:

**PRESSÃO ARTERIAL:** 130x80(mmHg)

**FREQ. CARDÍACA:**

**SATURAÇÃO:** 99%

**FREQ. RESPIRATÓRIA:**

**GLICEMIA:**

**NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:** 15

**USO DE O2:**

**USO DROGAS VASOATIVAS:**

**USO ANTIBIÓTICOS:**

**USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:**

**DATA:** 04/09/2018 09:09:40

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO

PJ CORRETORES  
DE SEGUROS

26 NOV 2018

DPVAT





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Radanção - Fone: 35 3219 3443  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 03.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES** (Frontusário: 487238)  
Endereço: QD 47 CS 24 - SANTA MA. COOPI - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 23/11/1992 Idade: 25a11m19d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 682569  
Requisição: 870430 Solicitação: 04/09/2018 Solicitante: FÁBIO MARCOS DE SOUSA  
Controle: 1077763 Convênio: S U S

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204080125

Data Exame: 04/09/2018

### JOELHO ESQUERDO

O estudo radiológico do joelho esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

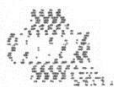
- Fratura completa recente no platô tibial sem desvio.
- Aumento do volume do partes moles.

(CARLOS AUGUSTO)

TERESINA - PI 12/11/2010

CARLOS AUGUSTO MOURA FE  
CPF: 133.903.1/3-68 CRM PI 1341  
Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUIT  
Rua Dr. Otto Tito 1920 Rodagem - Fone: 36 3213 3443  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 03.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES** (Frontuário: 437230)  
Endereço: QD 47 CS 24 - SANTA MÃ. CODIFI - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 23/11/1992 Idade: 25a11m19d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 222127  
Requisição: 872457 Solicitação: 10/09/2018 Solicitante: ARTHUR SAMPAIO SOARES DE SOUSA  
Controle: 1080514 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - F11 ENFERMARIA 233 LEITO 237

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204080125

Data Exame: 10/09/2018

### JOELHO ESQUERDO

O estudo radiológico do joelho esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

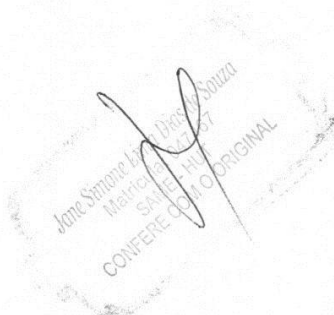
- Fratura recente alinhada no platô tibial fixada com placa e parafusos metálicos.
- Aumento de volume do partes moles.

Conclusão: Controle de osteossíntese.

(LORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 12/11/2010

CARLOS AUGUSTO MOURA FE  
CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341  
Profissional Responsável



**SINISTRO 3190021155 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES****COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** PACHECO

JUNIOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP

**BENEFICIÁRIO DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES****CPF/CNPJ:** 05407624311**Posição em 18-06-2019 17:20:53**

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

17/01/2019

R\$ 1.687,50

R\$ 0,00

R\$ 1.687,50





# *Escritório de Advocacia*

---

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ.**

**DANIEL WILLIAM DA SILVA RODRIGUES,** brasileiro, **Identidade (RG) nº 3.334.066 SSP-PI e, CPF. nº 054.076.243-11,** residente e domiciliado na QD 47, CS 24, B Santa Maria da Codipi, cidade de Teresina, Estado do Piauí, por seus procuradores, *in fine*, mandato anexo, onde recebem as comunicações de estilo, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, , propor apresente:

<p><b>AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT</b></p>
--

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOSDPVAT S/A**, pessoa jurídica de pessoa privada, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, CEP nº 20031-201, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:



# *Escritório de Advocacia*

---

Por oportuno, os advogados subscritores desta declaram, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade das cópias de documentos acostados a estainicial.

## **I -PRELIMINARMENTE**

### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente **o Autor** declara, sob as penas da Lei, que não está em condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, e pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurada pelo art. 4º da Lei 1.060/50.

Reza o "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

## **II - DAS RAZÕESFÁTICAS**

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico no dia **04/09/2018, às 07:10h**, conforme boletim de ocorrência e demais documentos juntados nos autos.

Da ocorrência, **o** Requerente veio a sofrer diversas **lesões corporais de natureza grave**, que podem ser percebidos os problemas, por meio de relatórios e prontuários médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **oRequerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo**

---



# *Escritório de Advocacia*

---

**nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nessa inicial**, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelamesma.

Dessa forma, os danos são inegáveis, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dá proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Dessa forma, após um período de recuperação dos traumas e do abalo psicológico que fora acometida, **o Autor** de posse dos prontuários, exames e laudos médicos, aptos a declarar a sua INCAPACIDADE PERMANENTE solicitou junto à empresa requerida o pagamento do sinistro do seguro DPVAT - por INVALIDEZ, visto os danos sofridos, ficando impossibilitado do exercício da profissão por força do acidente ocorrido.

No ato do requerimento do pagamento do sinistro do seguro a empresa Seguradora requereu documentações que comprovassem os fatos, como boletim de ocorrência, dentre outros documentos comprobatórios dos fatos e das lesões sofridas, tudo apresentado **pelo** Requerente à Seguradora nos termos da Relação de Documentos para Sinistro DPVAT.

Ocorre que, para surpresa **do Autor**, e **apesar de toda a documentação apresentada e de ter sofrido graves**





# *Escritório de Advocacia*

---

**danos físicos**, entre outras agruras que vem sofrendo desde então, **só obteve como valor de indenização pelo seguro DPVAT, a importância ínfima e inexplicáveis de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** valor este bem abaixo do estabelecido nas normas que regem a matéria, como será demonstrada adiante.

## **III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma o Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito previsto em lei.

No entanto, suscitar a falta de interesse de agir caracteriza total desentendimento com a CF/88. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA.** Frente à atual orientação do STJ, adiro ao entendimento da desnecessidade da comprovação da prévia recusa administrativa, a fim de que a parte se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT. Recurso provido; sentença cassada.



# *Escritório de Advocacia*

---

(TJ-MG - AC: 10024110177359002 MG, Relator:  
Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento:  
30/01/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL,  
Data de Publicação: 11/02/2014)

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DAS ENTENÇAS-RECURSOPROVIDO.**Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário.

(TJ-MS - APL: 08014965520138120005 MS 0801496-55.2013.8.12.0005, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 15/04/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2014).

Importante mencionar que as seguradoras conveniadas com o Seguro DPVAT, dificultam o pagamento via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam o máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Assim, não está **obrigado** Requerente a receber valor inferior ao previsto em lei, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.



# *Escritório de Advocacia*

---

## **IV - DO NEXO DECAUSALIDADE**

Cumprе salientar que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que o Autor juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e laudo médicos) o que estabelecerá o nexo de causalidade.

Assim, no que concerne a **invalidez permanente**, restou devidamente comprovada pelo **laudo médico, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo Requerente, entre eles fratura do joelho esquerdo**. Portanto em virtude de tais lesões o Autor não consegue mais realizar atividades habituais, cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

Dessa forma, ainda que, estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais a Lei nº 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho. Como no caso em tela, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, embora seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA.** Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constateda

---



# *Escritório de Advocacia*

---

tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

## **V - DA PREVISÃO LEGAL**

Em conformidade com o art 3º da Lei 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas assistência médicas e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). G.N.

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)





# *Escritório de Advocacia*

---

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).G.N.**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.(Incluído pela Lei nº 11.482, de2007)

Ora, Excelência, restados comprovadas as lesões sofridas e as alegações aqui prestadas, por meio das contundentes provas apresentadas, e sendo verossímeis os fatos presentes nesta exordial, cabe a este Juízo a determinação do pagamento do valor remanescente do sinistro, referente ao Seguro DPVAT, visto que devido em seu patamar maior e não pago na integralidade pela empresa seguradora requerida por ser expressão de justiça.

Entretanto, o valor pago **o Requerente** nada traz de coerência com a supracitada lei e seu anexo, não havendo correspondência do valor pago com os percentuais ali estampados, o que salta aos olhos tal disparidade.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de

---



# *Escritório de Advocacia*

---

culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito e desde que haja **invalidez permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização**, a qual no caso em baila foi fixada em lei por valor equivalente **a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Ocorre que, a despeito de ser límpido o direito **do Autor**, notadamente porque houve o reconhecimento da invalidez por parte da Seguradora, **o Autor** recebeu **a importância ínfima e inexplicáveis de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** muito inferior ao que por direito deveria ter recebido, ensejando o enriquecimento sem causa da Seguradora Ré.

Nossos tribunais tem assim se manifestado, vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA**  
MANTIDA. Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

Vale ressaltar que, é entendimento pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá

---



# *Escritório de Advocacia*

---

ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do CNSP, vejamos o seguinte julgado:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO - SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO NACIONAL DO CONVÊNIO DPVAT - LEGITIMIDADE - REVELIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.É

**pacífico o entendimento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul de que toda qualquer seguradora integrante do consórcio nacional do convênio DPVAT tem legitimidade para figurar no pólo passivo de ação visando cobrança de seguro obrigatório.** A presunção de veracidade prevista no dispositivo é relativa e não implica necessariamente na procedência da pretensão inicial, sendo necessário a análise das circunstâncias apresentadas, podendo o juiz, até mesmo, julgar improcedente a ação. A prova pericial atestando a ocorrência de invalidez permanente é prova essencial para a procedência do pedido de cobrança de indenização a título deDPVAT.

(TJ-MS - APL: 00042793920128120021MS 0004279-39.2012.8.12.0021, Relator: Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Data de Julgamento: 15/01/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/01/2013)

Assim, as seguradoras que fazem parte do consórcio DPVAT, portanto são regidas pelo princípio da solidariedade, ou seja, todas podem ser acionadas para o pagamento da indenização devida, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial.



# Escritório de Advocacia

---

Vale mencionar ainda, que tanto a legislação quanto a jurisprudência assim entendem, já pacificada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

**2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.**

(...)

6. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no Ag: 870091 RJ 2007/0030346-6, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 20/11/2007, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 11/02/2008 p.106).

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar o Poder Judiciário **para que imponha a Seguradora a obrigação de pagar a complementação de sua indenização, devidamente corrigido monetariamente, e com a incidência de jurose**





# *Escritório de Advocacia*

---

**multa moratórios legais do período ou seja, 13/10/2015,**  
conforme preceitua o art. 5º, § 7º da Lei 6.194/74.

Art. 5º

(...)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Eis a razão que alberga o direito da Autora.

## **VI - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita** por ser a Requerente pessoa pobre na acepção da Lei nº 1.060/50.

b) A citação da Requerida no endereço constante da inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de confissão e revelia, nos termos do art. 344 do NCPC;



# *Escritório de Advocacia*

---

c) A procedência do pedido constante da presente ação, com a condenação da empresa seguradora **Requerida** ao **pagamento da diferença da indenização do Seguro DPVAT o Requerente**, no correspondente ao importe de **R\$ 7.762,50(sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) devidamente corrigido monetariamente, e com a incidência de juros e multa moratórios legais doperíodo;**

d) A condenação ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor dacondenação;

e) A condenação em honorário de sucumbência;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, realização de perícias e juntada de quaisquer outros documentos que esse respeitável Juízo entendernecessário.

Nos termos do art. 272, § 5º do CPC/2015 (constando dos autos pedido expresso, para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas ao advogadoTiago luiz Teixeira, OAB/PI nº 7560

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.762,50(sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**



# *Escritório de Advocacia*

---

Nestes termos.  
Pede deferimento.

Teresina, 23 de agosto de 2019.

Dr. Tiago Luiz Teixeira  
OAB/PI N°7560

## **DOS QUESITOS DA PERÍCIA:**

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde da examinanda? Quais lesões ela sofreu?
- 2) Restou sequelas da lesão ocorrida? Em caso afirmativo, favor identificá-las.
- 3) Tais lesões resultaram na incapacidade da requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
- 4) Tal sequela resultou em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pela pericianda?
- 5) Se tal sequela resultou em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?



# *Escritório de Advocacia*

---

6) Qual o grau/percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?

Teresina, 23 de agosto de 2019

Dr. Tiago Luiz Teixeira  
OAB/PI Nº7560



# Escritório de Advocacia

Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Teresina - PI.

## 'Procuração ad Judicia'

David William da Silva Rodrigues, brasileiro  
RG-7968.902, CPF-844.388.513-00, residente  
e domiciliado na Rua Macapa, 4002, Novo Horizonte,  
Teresina-PI.

\_\_\_\_\_, nomeia e constitui como seu bastante procurador, **Dr. Tiago Luiz Teixeira**, advogado, com registro na OAB/PI nº 7560, com escritório profissional sito à Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Nesta Cidade, onde recebe as intimações de estilo, concedendo amplos e ilimitados poderes com as cláusulas **ad judicia e extra** para foro em geral, para representá-lo em qualquer instância ou Tribunal, em qualquer ação em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou réu(s) ou de qualquer forma interessado(s), em conjunto ou separadamente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, habilitar e retificar, ceder e prometer e em especial \_\_\_\_\_, receber e dar quitação, delas variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos até a final, podendo para tanto acordar, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença, fazer e assinar requerimento, documentos necessários, produzir provas, justificações, requerer falência ou concordata, transigir, firmar compromissos, renunciar, passar recibos, pagar taxas, receber e dar quitação, assinar termo de inventariante, finalmente tudo o que for preciso para o fiel cumprimento deste mandato.

Teresina, PI, 14 de agosto, 2019.

x David William da Silva Rodrigues

Página 1 de 1

Tiago Luiz Teixeira  
OAB PI 7560

Telefone: 86 99418 4948  
86 99909 0407

Email:  
tiagoluiz.advogado@hotmail.com